

O Bequimão

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO • Janeiro/2025 • Retrospectiva

al.ma.leg.br



Presidente da Assembleia, Iracema Vale, conduz os trabalhos no Parlamento maranhense, que em 2024 registrou alto volume de proposições

Parlamento maranhense fecha 2024 com expressiva produção legislativa

Pág. 3

○ Iracema Vale é reeleita presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 2025/2027

Pág. 4

○ Investimento em sustentabilidade com implantação de purificadores de água ecológicos

Pág. 5

○ Comissão de Assuntos Econômicos discute exploração petrolífera na Margem Equatorial

Pág. 7

Deputados aprovam projeto do Executivo que reduz ICMS de produtos da cesta básica



Sessão plenária na qual foi aprovado o projeto de lei nº 477/2024, que dispõe sobre ICMS

A Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei nº 477/2024, de autoria do Poder Executivo, que, dentre outras medidas, reduz de 10% para 8% o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) dos produtos que compõem a cesta básica maranhense.

Segundo a Lei Estadual nº 10.467, de 7 de junho de 2016, compõe a cesta básica do Estado do Maranhão os produtos feijão, arroz, açúcar refinado e cristal, leite em pó ou pasteurizado, café torrado ou moído, sal de cozinha, gado, ave, peixes e, ainda, pão francês.

Na discussão do projeto, o deputado Ricardo Arruda (MDB) disse que a medida vai contribuir significativamente para reduzir a extrema pobreza no Maranhão. “Nesses dois anos, o governador Carlos Brandão (PSB) já reduziu a carga tributária do ICMS dos produtos da cesta básica maranhense em 4%. Era 12%, reduziu-se para 10% e, agora, foi reduzido mais uma vez para 8%. Isto demonstra, de fato, compromisso com o combate à fome e a pobreza no Estado do Maranhão”, afirmou.

COMBATE À FOME

Por sua vez, o deputado Antônio Pereira (PSB), parabenizou o governador Carlos Brandão por propor o aumento de tarifas de produtos nobres para financiar o maior programa social do Estado do Maranhão, que é o de combate à fome e a extrema pobreza.

“Só se pode financiar um projeto de política pública com um objetivo tão nobre como o de combater à fome e a extrema pobreza, buscando recursos na sociedade por meio do aumento da carga tributária. Estamos onerando produtos de luxo para garantir e tornar mais acessíveis os itens da cesta básica maranhense”, argumentou.

Parlamento Estadual avança em transparência na gestão da presidente Iracema Vale

A Assembleia Legislativa do Maranhão avançou significativamente no quesito transparência pública, na gestão da presidente Iracema Vale (PSB). É o que atestou o Ranking de Transparência, divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA), no Diário Oficial do dia 11 de março de 2024. O Parlamento Estadual alcançou nota 8,56, praticamente o dobro da nota obtida pelo Legislativo no levantamento publicado em março de 2023, que foi de 4.46.

“Esse é o resultado de um trabalho sério, responsável e de muita dedicação de toda a equipe de servidores da Casa. Estamos fazendo uma gestão focada na transparência e na regularização de todos os setores. As informações são de interesse público e, assim, garantimos também o direito do cidadão maranhense”, afirmou Iracema Vale.

Em março de 2023, um mês após a posse da deputada Iracema Vale na presidência da Alema, o TCE/MA divulgou ranking no qual a Assembleia Legislativa apareceu com nota 4.46, pontuando apenas na categoria “C”. Após uma série de medidas implantadas pela gestão da deputada Iracema Vale, a Assembleia atingiu a nota 7.53, alcançando posição na categoria “B”. Foram somente cinco meses de trabalho até esse resultado. Já na análise do TCE/MA, referente ao segundo semestre de 2023, o Legislativo alcançou nota 8,56, quase alcançando o índice máximo (A).

O ranking é realizado dentro da competência dos Tribunais de Contas de fiscalizar o cumprimento das normas da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto à transparência da gestão fiscal, conforme alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 131/2009 e Lei Complementar



Presidente da Alema, Iracema Vale, afirmou que esse é o resultado de um trabalho sério e responsável

nº 156/2016, bem como o cumprimento da Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 13.460/2017, Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos, entre outros normativos.

Parlamento maranhense fecha 2024 com expressiva produção legislativa

O diretor-geral da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão, Bráulio Martins, fez um balanço das atividades do Parlamento Estadual no ano de 2024, ressaltando que a Casa viveu um período intenso de muito trabalho, discussão e produção legislativa.

“A exemplo dos anos anteriores, tivemos uma produção legislativa muito expressiva com a apresentação de 3.575 proposições, entre indicações, projetos, requerimentos, proposta de emenda constitucional (PEC), etc. É muita produção. Realmente, um trabalho muito intenso realizado pela Assembleia Legislativa do Maranhão, em 2024”, ressaltou Bráulio Martins.

O diretor-geral da Mesa esclareceu que do montante de 3.575 proposições produzidas, mais de duas mil são indicações, que é um dos mais tradicionais instrumentos legislativos, consistindo numa sugestão dos parlamentares para que as autoridades do âmbito do poder municipal, estadual e federal executem determinado benefício para a população.

“É muito comum os parlamentares solicitarem, por meio desse tipo de proposição, a pavimentação de uma rua, a construção de um sistema de abastecimento de água, a construção ou reforma de uma escola, entre outros benefícios.



Presidenta da Assembleia, Iracema Vale, conduz os trabalhos no Parlamento maranhense, que em 2024 registrou alto volume de proposições

É um instrumento que contribui bastante para o planejamento dos governos porque apresenta as demandas da população em geral. Neste ano, para ser exato, tivemos 2.360 indicações”, afirmou.

Bráulio Martins apresentou os números da produção legislativa por cada tipo de proposição apresentada pelos parlamentares, assim como o quantitativo das proposições encaminhadas pelo Poder Judiciário, Tribunal de Contas do

Estado do Maranhão, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Maranhão

“O Poder Judiciário encaminhou 14 projetos, a Defensoria Pública 3, o Ministério Público 9, o Tribunal de Contas do Estado 3, enquanto que os parlamentares produziram 2.360 Indicações, 429 Requerimentos, 143 Projeto de Lei, 5 Projetos de Emenda Constitucional (PECs) e 56 Projetos de Resolução Legislativa”, destacou.



Reunião da Comissão de Meio Ambiente, instalada para tratar de temas voltados à área

Com um debate sobre temas relacionados ao desenvolvimento econômico do Estado, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Maranhão foi instalada, no dia 19 de março de 2024. Ao abrir a reunião, a presidente da Comissão, deputada Janaina Ramos (Republicanos), informou que o colegiado debaterá e proporá ações que visem à compatibilização da preservação do meio ambiente com o crescimento econômico do Maranhão.

Comissão de Meio Ambiente é instalada com debate sobre desenvolvimento econômico do Maranhão

“Vamos estar aqui todos empenhados. Eu, particularmente, ainda mais para que nós tenhamos avanços nos nossos trabalhos e nas nossas discussões”, declarou Janaina Ramos.

A parlamentar acrescentou que a ideia é fortalecer a parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), o Poder Judiciário, Ministério Público, empresas privadas e instituições da sociedade civil.

“Temos diversas pautas a serem discutidas, como a questão da empresa Alumar, o papel da empresa Suzano, na região tocantina; e a questão da exploração das bacias petrolíferas por parte da Petrobras no território maranhense. A gente já sabe que vai haver investimentos de grande magnitude no nosso estado e isso é uma grande pauta para discutirmos”, assinalou a deputada.

Também participaram da reunião o vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Francisco Nagib (PSB), os deputados Júlio Mendonça (PCdoB) e Jota Pinto (Podemos).





Iracema Vale é reeleita presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 2025/2027



Iracema Vale, durante pronunciamento após ser reeleita presidente da Assembleia

A presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale (PSB), foi reeleita para presidir a Casa no biênio 2025-2027, da 20ª Legislatura, que iniciará em 1º de fevereiro de 2025. A votação nominal e secreta foi realizada em sessão extraordinária, no dia 13 de novembro, no Plenário Nagib Haicke.

A parlamentar foi reconduzida ao cargo após escrutínio em dois turnos, devido ao empate na eleição disputada com o deputado Othelino Neto (Solidariedade). O desempate ocorreu pelo critério de idade.

A eleição da Mesa Diretora do Parlamento Estadual para o segundo biênio da 20ª Legislatura aconteceu em consonância com a Resolução Legislativa 1.300/2024, datada de 5 de novembro de 2024. A sessão foi presidida pelo deputado Arnaldo Melo (PP), com o auxílio dos deputados Roberto Costa (MDB), Neto Evangelista (União Brasil), Rodrigo Lago (PCdoB), Ana do Gás (PCdoB) e Mical Damasceno (PSD).

A Mesa Diretora eleita em votação por escrutínio secreto tomará posse no dia 1º de fevereiro de 2025, com mandato que se estenderá até o dia 31 de janeiro de 2027.

A nova Mesa Diretora exercerá no biênio 2025/2027 com a seguinte composição: Presidente - Iracema Vale (PSB); 1º vice-presidente, Antônio

Pereira (PSB), 2º vice-presidente, Fabiana Vilar (PL), 3º vice-presidente, Hemetério Weba (PP); 4º vice-presidente, Andreia Martins Rezende (PSB); 1º secretário, Davi Brandão (PSB), 2º secretário, Galbert Cutrim (PDT), 3º secretário, Osmar Filho (PDT); e 4º secretário, Guilherme Paz (PRD).

COMPROMISSO

Após a proclamação do resultado, a deputada Iracema Vale foi à tribuna para agradecer aos deputados que a apoiaram e ressaltou a continuidade dos trabalhos que vem executando na atual legislatura. A parlamentar também reafirmou o compromisso de manter a autonomia e a independência do Poder Legislativo.

“Esta é a vitória de uma pessoa que não tem parentes políticos na conjuntura do estado. É a vitória de quem venceu com o suor do próprio rosto e com o esforço das lideranças que acreditam e confiam no nosso trabalho. É uma vitória dos amigos leais que temos nesse Parlamento, assim como também é um reflexo da aprovação do trabalho que realizamos à frente da Presidência da Casa”, disse Iracema Vale.



Cidadania

Assembleia cria Semana de Conscientização do Jovem Eleitor



Plenário aprovou PL que cria semana voltada a ações de conscientização dos jovens eleitores

O Plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou o Projeto de Resolução Legislativa 040/2024, de autoria da Mesa Diretora, que institui a “Semana de Conscientização do Jovem Eleitor”, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, que acontecerá anualmente, sempre na última semana do mês de abril.

De acordo com a justificativa do projeto, a “Semana de Conscientização do Jovem Eleitor” tem por objetivo promover a conscientização política e

o engajamento cívico dos jovens entre 16 e 18 anos, visando incentivar a obtenção do título eleitoral e a participação ativa nas eleições.

Com a “Semana de Conscientização do Jovem Eleitor”, a Assembleia Legislativa do Maranhão propõe-se a fomentar a educação para a cidadania dos jovens sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos, com ênfase no âmbito do pensamento crítico sobre as questões políticas e sociais e na importância do voto como instrumento de participação do processo democrático.

A ideia é garantir a inclusão e a diversidade das atividades desenvolvidas na Semana de Conscientização de modo que sejam acessíveis para todos os jovens, independentemente de sua origem, condição socioeconômica ou nível educacional.

CULTURA POLÍTICA

A Semana pretende também fomentar a colaboração entre escolas, universidades, organizações civis e autoridades eleitorais para a promoção de uma cultura política saudável e participativa.

O Poder Legislativo, por seus órgãos internos, diretamente ou em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), instituições públicas ou privadas de ensino ou outros órgãos e entidades governamentais e não-governamentais, na Semana de Conscientização, promoverá ações de mobilização, seminários, palestras, panfletagens, fóruns e rodas de conversa.

Investimento em sustentabilidade com implantação de purificadores de água ecológicos

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão deu mais um passo rumo à sustentabilidade, desta vez fazendo uso racional dos recursos hídricos. Trata-se da instalação de purificadores de água ecológicos (Purificatta), responsáveis por filtrar e esterilizar todo o líquido consumido na Casa, zerando, assim, a compra de água mineral. Os purificadores estão instalados no Palácio Manuel Beckman, Creche Sementinha e Complexo de Comunicação.

As máquinas, todas certificadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), garantem uma água de qualidade, a partir de seis estágios de purificação e esterilização que remove agrotóxicos, salobridades (concentração de sal na água), sódio, vírus, bactérias e metais

pesados. Com a chegada destes equipamentos, a Alema encerra a compra de galões, já que eles vão purificar a água que chega da rede externa.

O processo de purificação da água, fornecida pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), começa com a filtração em fibra de polipropileno. Nesta primeira etapa, a água, ao entrar na máquina, passa por um processo de filtração simples, no qual são retiradas partículas de tamanho diminuto.

A seguir, ocorre a filtração usando carvão ativado, quando são retidos cloro e materiais orgânicos responsáveis por conferir cor, odor e sabor à água. Depois disto, o líquido passa por novo processo de filtração em fibra de polipropileno restrita, ainda mais refinada, onde



Os purificadores de água estão sendo instalados em setores do Palácio Manoel Beckman

são retiradas partículas de tamanho ainda menor. São retirados também agrotóxicos, impurezas e sódio, com a membrana de osmose reversa.

Lei institui Pacto Estadual de Combate à Pobreza no Maranhão



Reunião da Frente Parlamentar de Combate à Pobreza, da Assembleia Legislativa

Foi sancionada pelo governador Carlos Brandão (PSB) a Lei nº 12.281/2024, que institui o Pacto Estadual de Combate à Desigualdade Social e à Pobreza no Maranhão. A matéria é de iniciativa da Frente Parlamentar de Combate à Pobreza, da Assembleia Legislativa do Maranhão, presidida pelo deputado Arnaldo Melo (MDB), com o objetivo reduzir os índices de desigualdade econômica e social no Maranhão.

PILARES

O Pacto Estadual de Combate à Desigualdade Social e à Pobreza no Maranhão está fundamentado em dez pilares, cujo finalidade é eliminar as condições de miséria no estado, garantindo condições de vida digna para os maranhenses.

Dentre os pilares fundamentais estão a erradicação da pobreza e extrema pobreza; combate ao trabalho infantil e escravo; ampliação do acesso à educação; melhoria do acesso ao sistema público de saúde (SUS); acesso ao ensino superior; desestímulo ao trabalho informal; incentivo a novos negócios; redução da mortalidade infantil; fomento à qualificação profissional e expansão do índice de desenvolvimento humano.

“Espera-se também uma melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, refletindo-se em avanços nas áreas da educação, saúde e geração de renda”, afirmou Arnaldo Melo.

A Frente Parlamentar, que é composta pelos deputados Arnaldo Melo, Ana do Gás (PCdoB), Eric Costa (PSD), Florêncio Neto (PSB), Ricardo Arruda (MDB) e Solange Almeida (PL), teve papel determinante na elaboração da referida legislação.

Segundo o deputado Arnaldo Melo, a lei sancionada representa um passo decisivo na direção de um Maranhão mais equitativo e desenvolvido, sinalizando um futuro mais promissor para todos os maranhenses.

Papel Zero - Servidores da Alema recebem treinamento no novo sistema Ecoprocessos

Servidores da Assembleia Legislativa do Maranhão receberam treinamento sobre o novo sistema Ecoprocessos, que tem como objetivo permitir, de forma ágil, o acesso aos documentos e às informações do Parlamento Estadual, bem como a implantação da política ‘Papel Zero’ em todos os setores da Casa.

Com o Ecoprocessos será possível promover a transparência dos atos administrativos; tornar o processo decisório mais célere; racionalizar a produção documental; controlar o fluxo de documentos e a organização dos arquivos; normatizar os procedimentos de guarda e eliminação de documentos, além de contribuir para a preservação do patrimônio documental e a redução significativa, com vistas à eliminação total de processos físicos em papel, contribuindo para o ambiente mais sustentável.

“A presidente Iracema Vale sempre teve um carinho muito grande pelo meio ambiente e isso a impulsionou a trazer essa solução para dentro da Assembleia para agilizarmos os processos, termos mais transparência e, também, melhorarmos a questão da sustentabilidade dentro da Casa, com a redução de papel e qualquer tipo de insumos nesse sentido”, explicou William Nunes, diretor de Acompanhamento, Modernização, Planejamento, Inovação e Sustentabilidade da Alema.



Servidores atentos à explanação de William Nunes, diretor de Acompanhamento, Modernização e Sustentabilidade

Comissão de Assuntos Econômicos discute exploração petrolífera na Margem Equatorial



Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para discutir exploração petrolífera na Margem Equatorial

A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Maranhão promoveu um debate acerca dos impactos socioeconômicos da exploração petrolífera da Margem Equatorial brasileira. Ao abrir a reunião, realizada na Alema, o presidente da Comissão, deputado Júlio Mendonça (PCdoB), disse que a discussão

sobre a exploração da faixa equatorial maranhense é da maior importância, porque já se insere na pauta de debates sobre o presente e o futuro do nosso estado.

Na reunião, Carlos Eduardo Campos, um dos coordenadores do Observatório da Indústria do Maranhão, formado por órgãos integrantes do Sistema Fiema (Federação das Indústrias), entre os quais o Sesi, Senai e IEL-MA, forneceu informações preliminares sobre o tema e informou que há um estudo inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre os impactos econômicos e sociais da produção de petróleo na Margem Equatorial brasileira.

O economista Danilo Severian, especialista em Políticas Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), explicou que a Margem Equatorial, localizada no Norte do país, entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte, apresentou um importante potencial petrolífero e conta com uma série de oportunidades para melhorar a vida de milhares de brasileiros. "Existe a possibilidade de gerar empregos, aumentar a arrecadação e promover um desenvolvimento regional e nacional bem mais equilibrado", afirmou.

Ele acrescentou que os dados levantados pelo Observatório Nacional da Indústria da CNI apontam que a extração de petróleo na Margem Equatorial - que compreende seis estados da Federação: Maranhão, Amapá, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará - pode adicionar R\$ 65 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional e acrescentar R\$ 3,87 bilhões à arrecadação indireta.

Aprovados projetos em benefício de pessoas com TEA

Em comemoração ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, celebrado de 2 de abril, dois projetos de lei em prol da causa, de autoria do deputado estadual Neto Evangelista (União Brasil), foram aprovados pelo plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão.

"É imprescindível a instituição de legislações e políticas públicas que garantam direitos e qualidade de vida às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Temos muitas leis aprovadas e válidas em todo o estado, bem como conquistas junto ao governo do Maranhão em defesa da causa. Nossa luta é incessante, vamos continuar trabalhando para a melhoria de vida dessas pessoas e de suas famílias", ressaltou Evangelista.

Um dos projetos aprovados proíbe que as operadoras privadas de planos de saúde suspendam ou cancelem seus serviços a consumidores com TEA, sem justa causa ou aviso prévio. Segundo o parlamentar, tem se tornado constante a prática do

cancelamento dos planos de saúde de pacientes com Transtorno do Espectro Autista, sem haver qualquer aviso prévio ou tentativa de negociação.

"A prática, além de abusiva e ilegal, é totalmente desumana, pois prejudica o tratamento. Nossa obrigação como legislador é atuar para coibir tais ocorrências", disse.



Neto Evangelista disse que o poder público e a sociedade devem ter atenção especial com os autistas

ATENDIMENTO

O atendimento prioritário em hospitais, maternidades e redes de saúde também será garantido a autistas com identificação visual nas pulseiras de classificação de risco. "A intenção é promover a garantia do atendimento humanizado, preconizado e integral às pessoas com TEA atendidas pelos SUS", acrescentou Neto Evangelista.

Para o deputado, tanto a sociedade quanto o poder público devem ter uma atenção especial para com a comunidade autista. "Temos a obrigação de abraçar essa causa, esses pais, essas mães e essas crianças. Precisamos dizer a toda a sociedade que eles estão aqui, que o mundo também é azul, que eles precisam também que seus direitos sejam garantidos", ressaltou.

Assembleia Legislativa convocou todos os candidatos aprovados no concurso público



Palácio Manuel Beckman, sede do Poder Legislativo do Estado do Maranhão

O diretor-geral da Assembleia Legislativa do Maranhão, Ricardo Barbosa, afirmou que o Poder Legislativo Estadual já convocou todos os candidatos aprovados no concurso público realizado em 2023.

“Por determinação da presidente da Casa, Iracema Vale, já foram convocados todos os candidatos aprovados dentro das vagas no concurso público da Alema. Foram chamados, inclusive, alguns do cadastro de reserva”, afirmou Barbosa.

O concurso público da Alema, realizado por meio do Edital 001/2023, ofereceu 66 vagas para cargos do quadro de pessoal da Assembleia, sendo 53 para o cargo de técnico de Gestão Administrativa, 11 para o cargo

de assistente legislativo administrativo e duas vagas para o cargo de consultor legislativo.

Segundo Ricardo Barbosa, após a homologação do resultado do certame, que ocorreu em março de 2024, a Assembleia Legislativa publicou cinco editais de convocação de aprovados, todos publicados no Diário da Assembleia.

“O primeiro edital, com 30 convocados, foi publicado em 12 de março de 2024; o segundo, com dois convocados, em 3 de abril; o terceiro, com 10 convocados, em 29 de maio; o quarto, com 16 convocados, em 1º de julho, e o quinto, com 14 convocados, em 15 de julho. Num total de 73 candidatos chamados para ocuparem as vagas, inclusive os do cadastro de reserva”, disse.

EXPEDIENTE

O Bequimão

INFORMATIVO PRODUZIDO PELA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO DA ALEMA

Presidente
Iracema Vale

Diretora de Comunicação
Jacqueline Heluy

Diretora-adjunta
Glaucione Pedrozo

Edição e design
Clara Comunicação

Fotos
Agência Assembleia